

PORTELA, Francisco

*pres. RJ 1889-1891; dep. fed. RJ 1909-1912; sen. RJ 1912-1913.

Francisco Portela nasceu em Oeiras (PI) no dia 22 de julho de 1833, filho de João Antônio Vaz Portela e de Luísa de Carvalho.

Formou-se na Faculdade de Medicina da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Depois de formado, mudou-se para Campos (RJ) e aí passou a clinicar. Em ligação com sua atividade profissional, fundou o Instituto Médico da cidade e presidiu a Sociedade Médico-Farmacêutica Beneficente.

Também em Campos iniciou-se na política, defendendo as causas republicana e abolicionista. Em 1876 fundou o jornal *A República* e em 1878 elegeu-se deputado provincial pelo Partido Liberal. Durante seu mandato defendeu a abolição imediata da escravidão, ao contrário da maioria dos republicanos fluminenses, que entendiam que a medida traria profundas transformações econômicas e sociais, além de perturbações na ordem pública. Em 1880 foi eleito membro do Conselho Municipal de Campos. Tentou a reeleição no ano seguinte, mas não teve êxito. Voltou ao Conselho nos anos de 1884 e 1886. Em 14 de março de 1888 presidiu o Congresso Agrícola de Campos, que aprovou uma moção ao governo imperial pedindo o fim da escravidão. Em 5 de abril, ao lado de Nilo Peçanha e Pedro Tavares Júnior, lançou um manifesto conclamando a população campista a formar um clube republicano municipal, a fim de iniciar a organização de um partido.

Após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, os republicanos fluminenses ganharam novas adesões e força política e, nesse contexto, elegeram cinco deputados provinciais. Francisco Portela foi então eleito pela primeira vez. Foi também um dos fundadores do Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro, criado durante o Congresso Republicano Provincial realizado na capital do Império em 13 de novembro de 1888. Com esse partido, aliaram-se os republicanos históricos da província e os republicanos “do 13 de maio”, chefes políticos que haviam abandonado os monarquistas

após a abolição. Seu manifesto de lançamento tinha como princípios gerais os mesmos do Manifesto Republicano de 1870 e do Manifesto Paulista de 1873, ainda que as questões envolvendo o federalismo não fossem exploradas.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, e tornou-se chefe do governo provisório, Francisco Portela foi nomeado presidente do estado do Rio de Janeiro, por indicação do prestigiado republicano fluminense Quintino Bocaiúva, então nomeado ministro das Relações Exteriores. Com sua indicação, foi preterido o nome de José Tomás da Porciúncula, republicano histórico com fortes bases políticas no estado. As primeiras medidas administrativas de Portela buscaram tecer uma rede de apoio para seu governo que fosse além do Partido Republicano. Assim, nas nomeações para cargos públicos, procurou beneficiar chefes políticos que não eram correligionários. Tal postura criou divergências, o que fez com que, no congresso do partido realizado em Niterói no dia 15 de abril de 1890, fosse aprovada sua exclusão do diretório estadual. Esse congresso foi orientado pela tentativa de isolar Portela, mas sem atacar diretamente o governo provisório da República.

Nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, Portela compôs uma chapa de candidatos apoiados por seu governo, enquanto o Partido Republicano lançou a sua própria. A vitória de sua corrente, também favorável a Deodoro, tensionou ainda mais a relação do presidente estadual com o principal partido fluminense. No dia 19 de outubro de 1890, Portela outorgou a primeira Constituição republicana do estado do Rio de Janeiro, de caráter provisório, já que a Assembleia Constituinte Fluminense deveria ser instalada somente no ano seguinte, após ser promulgada a Constituição federal. A promulgação ocorreu em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte Deodoro foi eleito indiretamente presidente da República, e em 20 de março realizaram-se as eleições no estado. Mais uma vez o governo derrotou a oposição e, com a instalação da Assembleia em 10 de maio de 1891, Francisco Portela foi eleito presidente constitucional do estado do Rio de Janeiro. A Assembleia, utilizando a Constituição de 19 de outubro como anteprojeto constitucional, promulgou uma nova Carta que fortaleceu o governo e sua

facção política.

Em 3 de novembro de 1891, sofrendo contestações no parlamento, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional. Vinte dias depois, uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Diante desse conturbado quadro político, sem ter mais apoio do poder federal, no dia 10 de dezembro Portela renunciou à presidência do estado do Rio. Em seu lugar assumiu o governo por um dia o almirante José Marques Guimarães, até a posse do sucessor Carlos Baltasar da Silveira (1891-1892). Em 1894 Portela tentou voltar ao governo, mas foi derrotado por Joaquim Maurício de Abreu, que foi apoiado pelo então presidente do estado José Tomás Porciúncula (1892-1894). Teve mais votos que o adversário apenas no município de Niterói. Continuou então sua carreira médica e em 4 de julho de 1897 fundou, ao lado de Augusto Ferreira e Silva, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói.

Em 1903 candidatou-se ao Senado, mas foi derrotado por Nilo Peçanha, que começava a consolidar sua força política no estado. Voltou à atividade política em 1909, quando foi eleito deputado federal para a legislatura 1909-1911, com o apoio do então presidente do estado Alfredo Backer (1906-1910). Durante o conturbado processo eleitoral que elegeu o candidato nilista Oliveira Botelho presidente estadual (1910-1914), aproximou-se do nilismo e recebeu o apoio do novo governante em sua reeleição para a Câmara dos Deputados em janeiro de 1912. Contudo, em setembro desse ano renunciou ao mandato, pois foi eleito senador na vaga aberta com a morte do então senador Quintino Bocaiúva. No Senado foi membro da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

No campo jornalístico, foi redator do periódico *O Monitor Campista* e diretor da *Revista Físico-Química*. Foi condecorado com o Hábito da Rosa, por serviços médicos prestados contra o surto de cólera morbus durante o Império.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 22 de dezembro de 1913.

Foi casado com sua prima Emília Fialho.

Publicou *A contratilidade orgânica e a contratilidade de tecido, manifestadas no útero*

durante a gestação, são uma e a mesma coisa? (1857), *Estatutos do Instituto Médico de Campos* (1861), *Contágio e infecção nas moléstias* (1860) e *Da loucura em geral* (1861).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. Governos; ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/francisco_portela.html>.

Acesso em: 23/2/2011; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 23/2/2011;

FERREIRA, M. República; LACOMBE, L. Chefes; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*;

SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1697&li=29&lcab=1912-1915&lf=29>. Acesso em: 23/2/2011.